

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 Atena
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas**

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Elio Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Girelene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Profª Drª Juliane Sant'Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

| |
|---|
| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) |
|---|

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO? | |
| <i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i> | |
| <i>Hugo Bona de Carvalho</i> | |
| <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916011 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAPIACABA | |
| <i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i> | |
| <i>Tania Cristina Bordon Mioto Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916012 | |
| CAPÍTULO 3 | 24 |
| O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA | |
| <i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i> | |
| <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916013 | |
| CAPÍTULO 4 | 37 |
| A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE | |
| <i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i> | |
| <i>Maria de Lourdes Soares</i> | |
| <i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916014 | |
| CAPÍTULO 5 | 47 |
| RELACIONES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES | |
| <i>Elisangela Artmann Bortolini</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916015 | |
| CAPÍTULO 6 | 60 |
| IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO | |
| <i>Pauliane Gonçalves Moraes</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916016 | |
| CAPÍTULO 7 | 84 |
| PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D' OESTE PARANÁ | |
| <i>Andre Luiz de Souza</i> | |
| <i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5061916017 | |

CAPÍTULO 8 **97**

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

*Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano*

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 **109**

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 **120**

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

*Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva*

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 **129**

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia*

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 **140**

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

*Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra*

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 **159**

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

*Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra*

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 **170**

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

*Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva*

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

*Eloisa R. Ribeiro Rodrigues
Elisa Roberta Zanon
Letícia Cabrera*

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Gabriela Tiemi Minagawa Yokota
Sandra Regina Casagrande de Moraes*

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17..... 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

*João Paulo Chagas Maia Vilela
Mauro Santoro Campello*

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

*Thiago Henrique Omena
Bruna Coelho Alves Meneses
Estéfani Marx
Lourranny Parente Silva*

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19..... 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20..... 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

*Lisiê Kremer Cabral
Ana Lúcia Costa de Oliveira*

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

*Ana Estela Vaz Xavier
Marina Xavier Carpena*

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22 **297**

O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Hélio Hirao

Matheus Alcântara Silva Chaparim

DOI 10.22533/at.ed.50619160122

CAPÍTULO 23 **308**

AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG

Daniel de Almeida Moratori

DOI 10.22533/at.ed.50619160123

CAPÍTULO 24 **321**

A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Giesse Monteiro Alves de Andrade

Gustavo Borges Vieira

DOI 10.22533/at.ed.50619160124

SOBRE A ORGANIZADORA **335**

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, Rio Grande do Sul

Ana Lúcia Costa de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, Rio Grande do Sul

RESUMO: As edificações de uma cidade são componentes importantes no conjunto da formação do patrimônio histórico, que documentam a memória e os costumes de uma certa época. Pelotas, por ser considerada patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, é conhecida pelo valor de seus prédios. Portanto, estas edificações devem ser preservadas para garantir a continuidade da identidade e cultura da comunidade. O bem imóvel protegido por inventário agrega valor ao patrimônio já preservado da cidade, mostrando, assim, o crescimento e as fases da arquitetura pelotense. Este trabalho tem como objetivo apontar os motivos para que a edificação do colégio Instituto Estadual de Educação Assis Brasil seja preservada como patrimônio cultural através da medida de proteção de inventário.

O prédio da escola possui valor histórico, pois além de representar o período da arquitetura moderna, faz parte de um projeto-tipo para instituições de ensino do governo do Estado do Rio Grande do Sul. O presente trabalho aborda o surgimento e a disseminação do movimento de transição da arquitetura moderna em Pelotas e apresenta a temática das escolas padrão, e tem por metodologia a análise comparativa das características pontuais da edificação com as Leis Municipais N.º 4568/00 e N.º 5502/08, que pertencem ao Plano Diretor da cidade e classificam suas zonas de proteção e a relação de seu inventário, como também com o modelo de ficha do Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (IPHAE).

PALAVRAS-CHAVE: Inventário; patrimônio; arte decô; escolas padrão.

ABSTRACT: The buildings of a city are important components in the formation of the historical patrimony, which document the memory and the customs of a certain epoch. Pelotas, because it is considered a national historical and artistic heritage and cultural heritage of the State of Rio Grande do Sul, is known for the value of these buildings. Therefore, these buildings must be preserved to ensure continuity of community identity and culture. The property protected by inventory adds value to the city's already preserved heritage, thus showing the growth

and phases of Pelotas architecture. This paper aims to indicate the reasons for the construction of the college Instituto Estadual de Educação Assis Brasil to be preserved as cultural heritage through the measure of inventory protection. The school building has historical value, as it represents the period of modern architecture, it is part of a standard project for educational institutions of the government of the State of Rio Grande do Sul. The present paper addresses the emergence and dissemination of the movement of transition of the modern architecture in Pelotas and presents the theme of the standard schools, and has by methodology the comparative analysis of the punctual characteristics of the building with the Municipal Laws Nº 4568/00 and No. 5502/08, that belong to the Master Plan of the city and classify their protection zones and the relation of their inventory, as well as with the template of the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State (IPHAE).

KEYWORDS: Inventory; patrimony; art deco; standard schools.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Pelotas é conhecida pelo valor de seus prédios históricos, os quais contam a história e evolução da cidade. Estas edificações são consideradas bens culturais e devem ser preservadas para continuarem sendo um marco de identidade e cultura para a comunidade. Pelotas é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

O inventário é um instrumento de preservação do patrimônio cultural que tem como intenção preservar imóveis de valor histórico. Na cidade de Pelotas estes bens culturais são protegidos pela Lei Municipal 4568 de 07 de julho de 2000. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), que desenvolve ações de proteção ao patrimônio cultural, no ano de 2012 criou um sistema de rastreamento que busca através do levantamento de dados referentes a formas e expressões culturais facilitar o inventário de bens culturais do Estado.

Pelotas possui um acervo arquitetônico considerável representado pelas construções do período das charqueadas (no estilo luso-brasileiro) e suas edificações urbanas (na sua maioria de estilo eclético e protomodernismo/arte decô) cujo casco histórico, por seus valores culturais, possui grande potencial de desenvolvimento turístico. O bem inventariado agrega valor ao patrimônio já preservado da cidade mostrando, assim, o crescimento e as fases da arquitetura pelotense. O incentivo à proteção do patrimônio fomenta o turismo, trazendo benefícios e empregos em diversos setores econômicos da cidade. “O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados...” (LEMOS, 2009, p. 29).

O instituto Estadual de Educação Assis Brasil (IEEAB) - escola estadual que atende à educação infantil, ao ensino fundamental, médio e magistério - foi fundado em 1942 em razão do anseio da sociedade por cultura e educação. O projeto da escola, considerado como um projeto-tipo, fez parte de um programa do governo estadual. Nos

anos 80 do século XX, por causa da demanda crescente de alunos o prédio passou por uma reforma, na qual foi alterada a sua volumetria original para atender às novas necessidades de espaços. Quanto à sua arquitetura o prédio da escola é classificado como arte decô e possui valor histórico e social, pois além de marcar um período de transição na arquitetura e consequentemente no desenvolvimento da cidade possui grande relevância referente à educação pública.

Este trabalho tem como objetivo apontar os motivos para que a edificação do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil seja preservada como patrimônio cultural através da medida de proteção de inventário. Com a finalidade de relacionar sua importância cultural e sua inserção no inventário de Pelotas estabelece-se como método a análise comparativa das características pontuais da edificação com a arquitetura moderna arte decô, como também analisa sua função social como bem cultural representativo da memória educacional através das Leis Municipais, N. ° 4568/00 que “Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas - ZPPCs - lista seus bens integrantes e dá outras providências” e a Lei N. ° 5502/08, que “institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências”. Assim como analisa sua relevância estadual através de seu cadastramento na ficha do Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (IPHAE).

2 | MÉTODO

2.1 Objeto de Estudo

O Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, localizado na Rua Antônio dos Anjos, n. ° 396, na cidade de Pelotas, possui prédio com características arte decô, conforme figura 1. A escola foi fundada em 1929 e instalada no prédio atual em 1942, atende atualmente educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, magistério, técnico em magistério, ensino de jovens e adultos e educação de surdos, nos turnos diurno e noturno.



Figura 1– Instituto de Educação Assis Brasil

Fonte: 5^a Coordenadoria Regional de Educação - 05crepelotasrs.blogspot.com.br

2.2 Caracterização da edificação

Em razão da ambição por conhecimento do povo pelotense junto ao apoio das autoridades municipais e estaduais foi fundada em 1929 a Escola Complementar de Pelotas. A crescente demanda de alunos e ampliação dos serviços escolares oferecidos fez com que a escola tivesse que se instalar provisoriamente em prédios já existentes. Em 9 de março de 1942 a escola se instalou no atual prédio, o qual foi projetado de forma adequada ao uso com um bloco de três pavimentos e recebeu o nome de Instituto Estadual de Educação Assis Brasil.

O nome dado a escola foi em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil, nascido em 1857 na cidade de São Gabriel (RS). Sua trajetória no meio acadêmico era motivo de prestígio e entusiasmo para a população Riograndense, iniciou seus estudos primários em sua cidade, migrando posteriormente para Pelotas e após para Porto Alegre, onde completou a aprendizagem. Foi em São Paulo, cursando bacharelado em direito, que começou a ter contato com a carreira política, em que defendia teses republicanas.

O projeto da edificação foi realizado pelo arquiteto João Baptista Pianca, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, e executado pela construtora Haessler & Woebcke. Sua construção é considerada um modelo de projeto-tipo, na qual era adotada uma planta baixa padrão que recebia pequenas variações em sua fachada. A estrutura da edificação é composta por vigas e lajes em concreto armado com paredes em alvenaria portante, o que permitiu vãos internos maiores e a composição de pequenos terraços (MOURA, 2002, p. 59). Este tipo de construção admitia uma obra rápida e com baixo custo permitindo que todos os prédios institucionais, mesmo em localizações diferentes, fossem semelhantes.

Esta edificação foi a primeira a abandonar o esquema de planta em bloco compacto, sendo sua volumetria o ponto norteador, adotando o sistema de plantas ortogonais com eixos reguladores. Devido à tipologia padrão imposta pelo governo,

podemos encontrar edifícios com as mesmas semelhanças formais e compostivas em todo o estado do Rio Grande do Sul, como exemplo das volumetrias da Escola Estadual Silveira Martins, Bagé-RS (CHAVES, 2001, p. 98), e do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, Cachoeira do Sul-RS. Cidades menores eram contempladas com a tipologia para 500 alunos como a Escola Joaquim Caetano, Jaguarão-RS (OLIVEIRA, 2005, p.46), e Escola Sete de Setembro, Camaquã-RS (SCHLEE, 1993, p.147).

Na década de 1980, com intuito de melhorar as instalações e o fluxo de acesso à escola para os estudantes, o prédio original passou por uma ampliação, a qual alterou parte da sua volumetria lateral. A obra contou com a construção de um volume de dois pavimentos com quatorze salas de aula, lanchonete, saguões e novos espaços para recreação. Na figura 2, podemos visualizar a volumetria original da escola, enquanto a figura 3 mostra a fachada lateral após a ampliação, onde atualmente encontram-se salas de aula para o ensino fundamental. A reforma, que ocorreu há mais de 30 anos marca um momento importante que representa o desenvolvimento da instituição e perante as instruções da Carta de Restauro de 6 de abril de 1972, anexo B, devem ser respeitados todos os elementos acrescidos e evitadas as intervenções de renovação ou reconstituição.



Figura 2 – Instituto de Educação Assis Brasil, volumetria lateral antes da reforma.

Fonte: Acervo da Biblioteca do colégio I.E.E.A.B.

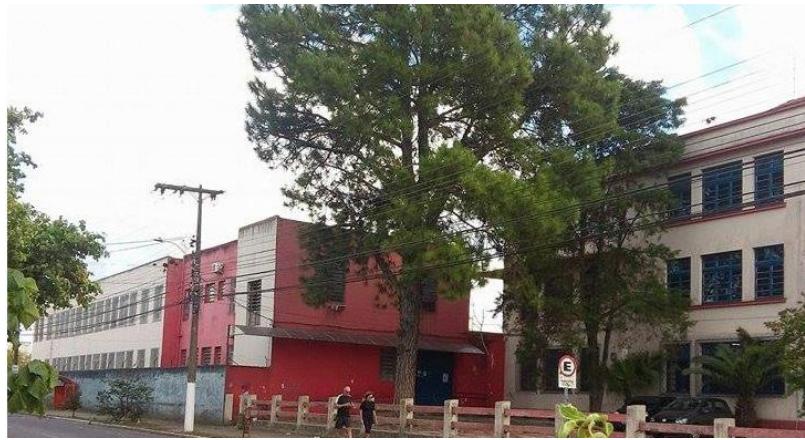


Figura 3 – Instituto de Educação Assis Brasil, volumetria lateral depois da reforma.

Fonte: Da autora, 2017.

A edificação atualmente é formada por um conjunto de volumes, a figura 4 exibe estes blocos representados por cores de acordo com seu uso. A cor creme identifica o prédio original onde se acomoda a parte administrativa, sala de professores, diretoria, biblioteca, lanchonete, auditório, laboratórios e salas de aula para ensino fundamental e médio. A cor azul escuro representa o espaço utilizado para salas de aula das séries iniciais do ensino fundamental, no volume azul claro encontra-se o ensino infantil, o refeitório é localizado pela cor vermelha, os blocos em verde são salas de audiovisual e magistério, a cor amarela demarca os ambientes relacionados ao esporte, como quadras poliesportivas, ginásio e sala de dança.

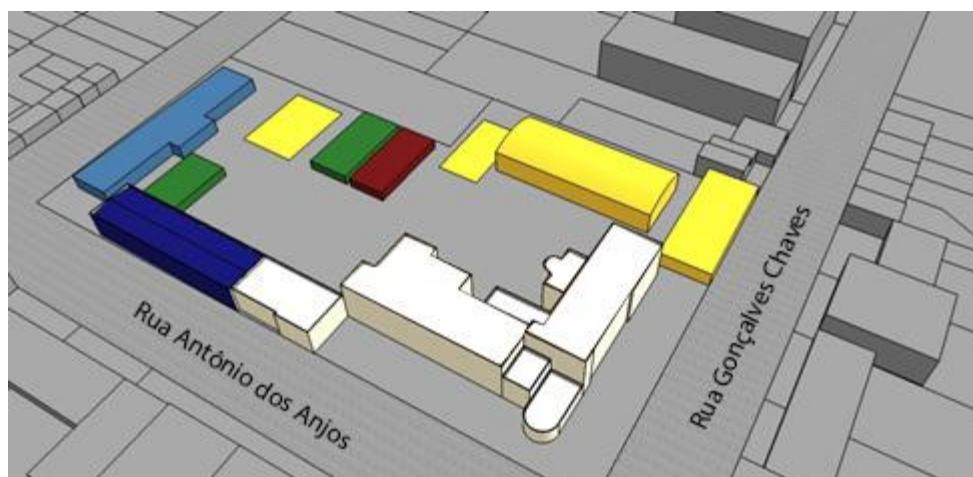


Figura 4 – Instituto de Educação Assis Brasil, volumetria 3D.

Fonte: Da autora, 2017.

A escola situa-se em um terreno de esquina entre as Ruas Gonçalves Chaves e Antônio dos Anjos, com coordenadas geográficas 31°45'24"S e 52°20'01"O, e é propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Encontra-se em uma área de uso misto com predominância de uso residencial, o entorno é caracterizado por residências que possuem de 1 a 2 pavimentos. As calçadas são amplas, com maior predominância de

vegetações urbanas pela Rua Gonçalves Chaves, sendo que ambas as ruas possuem seus leitos asfaltados.

A instituição destacava-se pela quantidade de alunos matriculados, que no ano de 1980 contava com 2.135 alunos, pela grande área construída da edificação, pelo funcionamento durante três turnos e pela qualidade de ensino. Podemos notar a importância da escola para a sociedade devido à participação de populares e empresários nos eventos promovidos pelo educandário.

2.3 Nacionalização através das escolas padrão

A nacionalização do ensino nas escolas brasileiras tinha a intenção de introduzir o amor à pátria e a uniformização cultural aos imigrantes, ocorrendo no período 1937 – 1945 durante o período Governo Autoritário de Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, onde a maioria dos imigrantes era alemã, foram adotadas medidas preventivas que promoviam o patriotismo brasileiro como a parada da juventude, as caravanas nacionalistas, nomeações de professores, criação de novas unidades escolares, entre outras. Segundo Schlee, foi a vontade de “abrasileirar” os imigrantes que implicou a necessidade do secretário estadual da educação criar uma rede de escolas públicas por todo o estado. (SCHLEE, 1993, p.140).

O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, dos ideais da nação e bem assim dos perigos que a acompanham, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino. (ROMANELLI, 1978, p.157) – Pronunciado de Gustavo Capanema

As primeiras décadas do século XX foram essenciais para o rumo da educação no Brasil. Após o período de expansão industrial e urbanização, houve o desenvolvimento econômico do país junto com mudanças nas relações do Estado com a sociedade e a expansão de novas camadas sociais. A educação vista como um instrumento de inserção social e propulsora do progresso, sofreu reformas. De forma que foi considerada pela constituição a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para a população.

A instalação de escolas complementares no Brasil deu-se nas primeiras décadas do século XX (AMARAL, 2007, p.19). O colégio IEEAB é um prédio que fez parte deste programa do governo estadual, e contou com o apoio de autoridades da época como o intendente municipal Dr. João Py Crespo, junto ao secretário do interior Dr. Osvaldo Aranha e ao presidente do governo estadual Getúlio Dorneles Vargas. A escola foi considerada um dos grandes investimentos das administrações municipal e estadual, tendo em vista que no período de sua criação, Pelotas passava por um momento difícil. (AMARAL, 2007, p.20).

As edificações construídas nesta época possuem algumas características

marcantes como os terraços e espaços recuados, os quais eram utilizados no momento de exaltação do hino nacional e em eventos de caráter cívico, e o mastro, no qual são hasteados bandeiras e estandartes. Estes elementos eram posicionados no ponto de maior destaque da construção para exaltar e afirmar a cultura patriótica. (SILVEIRA, 2012, p.159).

2.4 Caracterização da arte decô

O arte decô foi um movimento de transição da arquitetura, do rompimento entre a escola clássica e ascendência da arquitetura moderna, dos anos 30 até os anos 50. Segundo Weimer, o período eclético, anterior ao período moderno, teve uma de suas correntes denominada como arte decô, nomenclatura dada a partir de uma exposição realizada em Paris, por volta de 1968, a qual também é conhecida como protomodernismo. (GUNTER, 2010, p.10).

Conhecida pela simplicidade de concepção, quando comparada às vanguardas modernas da mesma época, possui características expressionistas com valorização das formas puras, simetrias localizadas ou em conjuntos, e arranjo de cheios e vazios. Considerada na época uma arquitetura inovadora a qual buscava novos métodos, programas e técnicas construtivas, tinha o intuito de otimizar a construção e assim, conforme Correia, oferecer acessibilidade a todas classes sociais. (CORREIA, 2010, p.14).

O Brasil possui diversos exemplares arte decô, onde se pode encontrar seu maior acervo nas cidades de Goiânia-GO e Rio de Janeiro-RJ. Os projetistas buscaram através desta fase da arquitetura modernizar suas obras para ganhar prestígio e reconhecimento nacional, difundindo-se em sua maioria em construções verticais de uso institucional, comercial e arranha-céus. O estilo sofreu diversas adequações tanto em tipologia quanto em materiais e técnicas construtivas, adaptando-se às manifestações regionalistas.

As construções seguiam formas pragmáticas, em que os pontos marcantes do arte decô são as plantas com espaços semicirculares que costumavam marcar as esquinas, o uso de janelas cantoneiras que eram utilizadas com a intenção de eliminar e diluir a massa construída, e as coberturas que foram desenvolvidas sobre a forma de terraços, elementos que podem ser percebidos no prédio em estudo e que podem ser visualizados na figura 01, já apresentada anteriormente. Apesar da simplificação dos elementos decorativos, ainda eram empregados elementos clássicos como colunas, óculos, frontões, capitéis, pilastras e platibanda nas construções. (CORREIA, 2010, p.14).

2.4.1. Caracterização da arte decô em Pelotas

As charqueadas foram a principal fonte de renda para a cidade de Pelotas, o

charque possibilitou o desenvolvimento e o enriquecimento dos proprietários de terra até o momento de abolição da escravatura que ocorreu em 1884. Com a ausência da mão de obra dos escravos a cidade iniciou um processo de industrialização, surgindo assim diversas fábricas. No final dos anos 30, com a estagnação da economia, houve a decadência das indústrias e o desenvolvimento do comércio e da educação.

A maioria das edificações passou a apresentar uma simplificação formal e uma eliminação de elementos ornamentais, o que indica a busca de uma arquitetura mais adaptada à situação econômica daquele momento. (SCHLEE, 1993. p. 207).

As primeiras manifestações do período arte decô na cidade de Pelotas são marcadas pelas construções da Justiça Federal e a agência de Correios e Telégrafos. Outro prédio que merece destaque é o Palácio do Comércio, projeto do arquiteto Fernando Corona no ano de 1938, que possui composição simples, grandes aberturas e como diferencial, à época, o sistema construtivo em concreto armado que permitiu sua esbeltes. As construções, em sua maioria de uso coletivo, fizeram parte de um programa de políticas públicas para difundir a modernidade através de modelos padronizados tanto em volumetria como na sua concepção formal. (GONSALES, 2015, p.67).

Com o intuito da nacionalização dos imigrantes e seus descendentes o secretário da educação do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Souza, criou uma rede de escolas públicas por todo o estado, em duas tipologias uma para mil e outra para quinhentos alunos. Entre as diversas instituições destaca-se a escola Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. O prédio do colégio, construído em 1942, pode ser classificado como arte decô devido a algumas características marcantes: platibanda cega com formas retas, cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação. O jogo de alturas nos seus volumes retos é interrompido por um volume circular, o equilíbrio das janelas é interrompido por formas circulares, as quais apresentam referência náutica. (SILVEIRA, 2012, p.158).

2.5 Medida de proteção – Inventário – Lei nº 4568/00 7 de julho de 2000.

O Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas é um instrumento de preservação do patrimônio cultural que tem como intenção proteger imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, ambiental, simbólico e de valor afetivo para a população, de possíveis descaracterizações e destruições. Para uma edificação ser preservada ela deve estar em uso constante e, se possível, estar atendendo ao seu programa original.

Em Pelotas, foi criado o Sistema Municipal de Preservação Cultural (SIMPAC), o qual buscou a preservação do patrimônio cultural da cidade, através da abordagem de temas como as formas de preservação, cadastro e classificação dos bens de valor

histórico, incentivos, restrições, avaliação do entorno e as novas inserções, entre outros. (ALMEIDA, 2006, p.102).

Após a criação deste sistema de preservação, foi elaborada a Lei 4568/00 de 07 de julho de 2000, em que são declaradas quatro Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC), especificadas de acordo com a formação e desenvolvimento urbano da cidade, e listou seus prédios integrantes. Atualmente, segundo cadastro da Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT), a cidade de Pelotas possui 1.700 imóveis inventariados, e conforme artigo 3º § 1º da Lei 4568, todos os bens integrantes da lista de inventário devem ter preservadas suas fachadas públicas, sua volumetria e devem ter respeitados os limites de intervenções nos prédios históricos.

Segundo a lista de relação de imóveis inventariados realizada pela Coordenadoria do patrimônio Cultural, encontrada no site da Prefeitura Municipal de Pelotas, podemos verificar que o imóvel objeto deste estudo não se encontra protegido pela lei municipal 4568/00.

O prédio pode ser considerado um representativo da arquitetura protomoderna/arte decô na cidade de Pelotas e como, características que determinam a necessidade de proteção, podemos citar conforme artigo 65 do Plano Diretor da cidade:

I – Históricas: quando estão relacionadas a fatos ou períodos representativos da formação e desenvolvimento da cidade;

V - Práticas sociais – quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade.

Segundo o mapa de zona de preservação do patrimônio cultural (ZPPC) do III Plano Diretor da cidade de Pelotas, pode-se observar que apesar do lote onde localiza-se a escola estar fora do limite da ZPPC encontra-se muito próximo desta limitação, conforme apresentado no site da Prefeitura Municipal da cidade. Entretanto o lote da escola encontra-se dentro da área de Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs) – Zona Norte, conforme artigo 72 do Plano Diretor, com delimitação e caracterização descritas a seguir:

I - FEIC - Patrimônio do Século XX: a) Delimitação: Rua Gonçalves Chaves, da Rua Dr. Amarante à Rua Antônio dos Anjos; incluem-se na área todos os lotes voltados para as vias limítrofes, excetuando-se o lote onde está localizado o prédio da antiga fábrica Lang, cadastrado sob o nº 3218 da referida rua.

O projeto de pesquisa “Inventário de Arquitetura Moderna em Pelotas”, que está sendo desenvolvido por um grupo de professores do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira – NEAB, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas em conjunto com a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal, tem como intuito a identificação e a sistematização dos exemplares da arquitetura arte decô. O estudo tem como embasamento o artigo 68 da Lei 5502/08 do III Plano diretor da cidade, o qual aponta diretrizes para as áreas especiais de interesse do ambiente cultural (AEIAC), no qual se encontra o item “cadastramento do patrimônio arquitetônico pré-moderno para inclusão no inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas”. A análise dos

bens foi realizada através de um recorte territorial, no período de 1930 a 1950, através da divisão em quatro categorias, tipologia, uso, associação e intenção compositiva. O inventário preliminar identificou 887 exemplares da arquitetura arte decô neste território, sendo apenas 5% deste total protegido pela legislação municipal. (GONSALES, 2013, p.14).

2.5.1 Cadastro IPHAE

O Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (IPHAE) além de realizar ações de tombamento também desenvolve ações de proteção ao patrimônio cultural, como inventários e implementações de legislações municipais, através de parcerias com os municípios. Em 2012 foi criado o sistema de rastreamento cultural que busca através do levantamento de dados, referentes a formas e expressões culturais, facilitar o inventário de bens culturais do Estado, através da liberação de fichas e manuais para preenchimento. O site do IPHAE disponibiliza o download destas fichas e manuais. Para este estudo indica-se a ficha caracterizada como M01 – Bens edificados, a qual pede a descrição do imóvel a ser preservado, sua localização, o nome do proprietário, uso, valores do bem, caracterização do entorno imediato, entre outros.

3 | RESULTADOS

O prédio do IEEAB, que possui características do período moderno arte decô, marca uma época de desenvolvimento arquitetônico e educacional na cidade e possui grande importância social para a população. Localizado em uma área de Focos Especiais de Interesse Cultural, segundo o plano diretor da cidade, o edifício após receber a medida de proteção de inventário irá complementar o conjunto de bens de valor histórico da cidade de Pelotas, valorizando e reforçando os pontos turísticos da mesma. A ficha de cadastramento do IPHAE junto com a caracterização da edificação, já apresentadas acima, contemplam o levantamento de dados referentes às formas e expressões culturais necessárias para o pedido de inventário nos órgãos municipais. A edificação do IEEAB possui requisitos suficientes para ser incluída na lista de bens inventariados da Prefeitura Municipal de Pelotas.

4 | CONCLUSÃO

Os prédios inventariados na cidade são protegidos pela Lei 4568/00 de 07 de julho de 2000, a qual resguarda suas fachadas, volumetrias e delimita regras para as possíveis intervenções e descaracterizações, e aponta que quem descumprir os regulamentos previstos responderá as devidas penalidades.

O edifício do IEEAB é um exemplar que marca o desenvolvimento e a disseminação do vocabulário moderno na cidade. A preservação da escola está diretamente ligada

à preservação da história da cidade de Pelotas, em que se valorizam questões culturais e sociais, para assim obter-se possíveis desenvolvimentos na área do turismo, reforçando a ideia de cidade histórica, e na conscientização da importância de salvaguarda destes patrimônios com os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial.** Revista CPC. São Paulo: v.1, n.2, 2006.
- AMARAL, Giana Lange; AMARAL, Gladys Lange. **Instituto de Educação Assis Brasil: entre memória e a história 1929-2006.** Pelotas: Seiva, 2007.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta do Restauro-1972.** Ministério de instrução pública. Governo da Itália. Circular nº 117.
- CORREIA, Telma de Barros. **O Art Déco na Arquitetura Brasileira.** Dossiê Art Déco, Ano XII nº8. Goiás: Revista UFG, 2010.
- CHAVES, M. Rita. **Arquitetura Moderna em Pelotas.** 2001. 179 páginas. Dissertação de Mestrado PROPAR, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2001.
- GONSALES, Célia; et al. **Inventário da Arquitetura Moderna Art Déco: Motivos e Motivações para a preservação do patrimônio de Pelotas.** Encontro Internacional ArquiMemória. 2013.
- GONSALES, Célia. **O Palácio de Fernando Corona em Pelotas: inovador, renovador, conservador.** Arquitetura revistas. Porto Alegre: v.11, n.2, 2015.
- BRUNIERI, Celina M. **Guia básico para elaboração de referências bibliográficas segundo a ABNT.** Diagramação Ana C. Fagundes. São Paulo: UNIFESP, 2014.
- GUNTER, Weimer. **O Conceito de Art Déco. Dossiê Art Déco.** Ano XII nº9. Goiás: Revista UFG, 2010.
- HISTÓRICO resumido: **Instituto Estadual de Educação Assis Brasil 75º aniversário.** Pelotas: Pesquisa feita em consulta local na biblioteca do colégio IEEAB, 2017.
- LEMOS, A.C. Carlos. **O que é patrimônio histórico.** 5th ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MOURA, G. R. Rosa Maria; SCHLEE, R. Andrey. **100 imagens da arquitetura pelotense.** Pelotas: Pallotti, 2002.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia; SEIBT, Maurício. **Programa de revitalização integrada de Jaguarão.** Pelotas: UFPel, 2005.
- PACHECO, S. Luiza. **Instituto de Educação Olavo Bilac - contextualização e caracterização com os Institutos de Educação no interior gaúcho 19&20.** Volume VII nº3. Rio de Janeiro: 2012.
- SCHLEE, R. Andrey. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40.** 1993. 222 páginas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1993.
- SILVEIRA, P. JR. Antônio. **Referência, mídia e projeto: Compreendendo a estética da arquitetura protomodernista em Pelotas-RS.** 2012. 410 páginas. Dissertação de Mestrado PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2012.